

## Nacionalismo e Patriotismo

De um modo geral, é comum que manifestemos descontentamento com o país. Contudo, nem por isto, deixamos de nos orgulhar da nossa condição de brasileiros. O orgulho de ser brasileiro é uma das formas de manifestar patriotismo. Mas, em que consiste mesmo o patriotismo? Significa que devemos valorizar o que é nosso, excluindo a experiência de outros povos, ignorando a contribuição que recebemos de muitos deles em nossa formação? Do que precede, é fácil dar-se conta de que, para estabelecer com nitidez e clareza o que seja o patriotismo é preciso, antes de mais nada, distingui-lo do nacionalismo.

A história de nosso tempo comprova plenamente que o nacionalismo constitui sentimento malsão, que levou a Europa a conflagrações bélicas de ferocidade insuspeitada. Também entre nós, pode-se apresentar exemplos, como o faremos, dos prejuízos causados ao desenvolvimento econômico, sempre que foram adotados critérios nacionalistas na formulação de políticas ao tema relacionadas.

O escritor paulista Gilberto de Mello Kujawski esclareceu em definitivo a questão no livro *A Pátria descoberta* (Campinas, Editora Papyrus, 1992). Além disto, o volume três da Coleção Cadernos Liberais, do Instituto Tancredo Neves, transcreve alguns dos capítulos dessa obra. Esta publicação acha-se enriquecida por uma breve nota introdutória do autor, da qual transcrevemos adiante os principais trechos.

No aludido texto, Gilberto de Mello Kujawski destaca que a confusão entre as duas noções, se bem possa dar-se de boa fé, na maioria das vezes trata-se, como diz, de “má-fé, em consequência da demagogia e das mistificações ideológicas.”

O essencial, parece-lhe, consiste em apreender o sentido do que seja *princípio nacional*, frequentemente entendido como se estivesse encarnado no Estado.

É certo que o nacionalismo desempenhou papel positivo quando do processo de estruturação dos Estados nacionais. Tal se deu na Europa feudal, dividida por numerosos particularismos regionais: étnicos, sociais, legais e administrativos. Esses particularismos davam origem a barreiras verdadeiramente intransponíveis entre as diversas comunidades de um mesmo território, separando-as rigidamente e impedindo sua unificação.

Caberia às monarquias absolutas que se foram formando conseguir, geralmente com base no emprego da força, unificar antigos reinos, principados, condados e ducados, num mesmo corpo político.

Tenha-se presente que não se tratava de projeto de fácil execução. A Alemanha e a Itália somente se tornaram Estados unitários na segunda metade do século XIX.

A natureza das dificuldades enfrentadas pode ser apreendida tomando-se o exemplo concreto da Espanha.

Parte do território espanhol esteve longamente sob ocupação moura, como era designada a presença muçulmana (mais tarde identificada como árabe). Na segunda metade do século XV, essa parcela sob ocupação muçulmana denominava-se Reino de Granada, tendo sido alcançada a sua expulsão em 1492. Esse feito resultou da precedente unificação dos reinos cristãos (Castela, Aragão e Navarra), basicamente constituída para aquele fim. Alcançado este, começa então amplo processo de centralização, efetivada pelos chamados “Reis Católicos”. Consistia este em eliminar as diversas autonomias, tomando a Coroa em suas mãos atribuições que, historicamente, lhes haviam sido delegadas.

A primeira delas correspondia às Ordens Religiosas que tinham sob seu domínio parte do território. Os Reis católicos conseguiram eliminar essa prerrogativa, subordinando-as à Coroa. Seguiu-se o enquadramento da nobreza, a começar da abolição do direito a

apropriar-se de determinadas rendas (tributos). Por fim, aboliu-se o poder das Cortes (tratava-se de órgão, constituído por representantes do clero, da nobreza e dos comerciantes --estes arrolados como “terceiro estado”--, que, segundo a tradição, reunia-se sempre que o Rei necessitava de mais recursos, devido sobretudo a questões militares). Chegaria também a vez da Igreja.

Processo de tamanha complexidade não poderia ser conduzido sem o forte apelo que o nacionalismo passou a representar para a conquista da adesão das consciências. Como afirma Kujawski: “o Estado nacional forjou as nações modernas, imprimindo-lhes a unidade e a forma sem as quais elas não existiriam.”

Aqui começa a confusão de conceitos

Como coube ao Estado a tarefa de atuar no sentido da plena configuração da nação, passou-se a considerá-lo como constituindo o verdadeiro princípio nacional.

Acontece que a fonte do poder não reside no Estado porquanto corresponde a uma delegação da sociedade. Essa fonte pode ser denominada de *poder social*, como pretende Kujawski. Corresponderia ao conjunto da opinião pública, dos usos, das crenças e das aspirações coletivas que tipifica a maneira de ser de um povo, sua forma de viver e conviver com o próximo e com o contorno social e material. E mais: “esta maneira típica de viver e de conviver de um povo consubstancia seu projeto coletivo, *seu projeto e vida em comum*. Este sim constitui o verdadeiro princípio nacional, do qual o Estado é o mero portador. O Estado nacional propõe à coletividade um programa de vida que não foi o Estado que criou, mas que foi gerado no próprio seio da coletividade.”

Enfim, o Brasil como nação não pode, primordialmente, ser identificado com algo de inerte e material -- por exemplo: terra, povo, Estado-- e sim com entidade, que diz ser “diáfana, feita de luz de sombra”, que é o nosso *destino*.

Prossegue o autor.

Patriotismo é meu amor á pátria como a mim mesmo. Nada de grande e essencial se faz na história sem o amor à pátria, e não somente na política e na sociedade, como na poesia, nas artes e no pensamento. Na vibração patriótica, meu projeto pessoal se soma ao projeto coletivo e se alarga e enriquece com este. Na vida dos grandes homens o seu melhor *eu* é a pátria.

A diferença entre o nacionalismo e o patriotismo está em que o nacionalismo identifica o princípio nacional com coisas inertes e estáticas, o povo, a terra, as tradições, a língua, o Estado, transformando-os em fetiches intocáveis. Já o patriotismo toma todo este lastro material como matéria prima do verdadeiro princípio nacional, que é o projeto de vida em comum, energia dinâmica e plasmadora, sopro de vida animando o arcabouço material da nação, infundindo-lhe direção e sentido.

O que significa que o patriotismo toma o princípio nacional, o projeto de vida em comum, como aquilo que ele é --um princípio essencialmente nacionalizador.

Ser nacionalista é repelir com veemência a participação das idéias, da cultura, da tecnologia e do capital estrangeiro como lesivos ao interesse do nosso país e como dissolventes do caráter nacional. Ser patriota é não temer nada do que vem de fora, mas seleciona-lo, separando o joio do trigo, assimilá-lo e reproduzi-lo de forma nova, criadora e caracteristicamente nacional.

A partir da Revolução Francesa, patriotismo tornou-se sinônimo de nacionalismo. Nosso trabalho daqui em diante será dissociar, nitidamente, patriotismo do nacionalismo e mostrar como este último pode ser a pior forma de antipatriotismo.

Não basta reprovar o nacionalismo pelo que ele tem de isolacionista e anacrônico, dado que “o mundo é cada vez um só mundo”. A ideologia nacionalista, em sua gana de ruptura, não é só um equívoco, um engano como outro qualquer; é sim uma inépcia

radical, um andar na contramão da história. Pois o que se observa, desde os tempos de gregos e romanos até os nossos dias, é que a *polis*, a *urbs* ou a nação consolidam-se com mais vigor e presteza quanto mais larga é a sua capacidade de assimilação de tudo que vem de fora --idéias, técnicas, mercadorias, modelos de conduta, posturas, etc. Da mesma forma que o indivíduo só descobre sua verdadeira personalidade não trancado em si mesmo mas no comércio aberto com os outros, concorrendo com os demais, cotejando-se com estes, no diálogo irrestrito com o contorno, também a nação só consolida sua identidade no entrelaço cultural, econômico, político e tecnológico com outras nações. Refugiada ciumentamente em seus estreitos limites, ela jamais conhecerá ou possuirá a si mesma.

### **A década perdida em matéria de informatização**

Recentemente, em nosso país, ocorreu uma tentativa de “inventar” o computador brasileiro, brincadeira essa que nos custou uma década de atraso na matéria. Os anos oitenta foram perdidos e os custos de recuperar o atraso sequer foram contabilizados. Trata-se de uma história da qual quase ninguém se lembra, razão pela qual cabe registra-la.

Em 1975 (governo Geisel) foi introduzida a reserva de mercado para produtos de informática. A importação desses bens passou a ser rigorosamente controlada. A prática dessa reserva de mercado consistia no seguinte: a licença de importação deixava de ser concedida sempre que alguma empresa nacional se apresentasse como estando habilitada a substituí-la.

Graças a isto surgiram diversas empresas que, sem investir em pesquisa, obtendo know-how estrangeiro ou simplesmente pirateando-o, contribuíram no sentido de que se registrassem expressivos avanços no processo de informatização dos serviços bancários. O assunto foi considerado como dizendo respeito à segurança nacional, mote a partir do qual os governos militares estatizaram setores fundamentais da economia. Para atender à exigência, criou-se, sob a égide militar, a Secretaria Especial de Informática (SEI).

Em 1984, a SEI produziu um relatório intitulado *Panorama da indústria nacional – computadores e periféricos*. Apesar de sua superficialidade, deu ensejo a que, por inspiração da SEI, o governo resolveu proibir a importação já não apenas de computadores e instrumentos requeridos para o seu manuseio mas todo tipo de equipamento que incorporasse componentes eletrônicos. Para se ter uma idéia, a lista compreendia variada gama de instrumentos médicos (Raios X; eletroencefalógrafos, etc), toda sorte de equipamentos de medida ou regulação de processos; equipamentos gráficos e muitos outros setores.

Não contente com a abrangência da lista, a disposição em apreço incluía esta enormidade: “Sujeitam-se ainda à prévia anuência da SEI a importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, isolados ou constituindo sistemas que, embora enquadráveis em classificação tarifária não prevista para a análise da SEI, ou não possuindo classificação específica, contenham, incorporados ou em apêndice, comando, controles ou outros sistemas de circuitos de lógica digital, do tipo comando numérico, controlador lógico programável e assemelhados.”

O mais grave é que os militares conseguiram transformar em lei esse monstro.

O fato de que o instrumento legal em mãos da SEI tivesse que ser sancionado pelo Congresso Nacional ensejou que, pelo menos, fosse discutido com certa amplitude. É interessante registrar que tendo sido solicitado parecer ao conhecido jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho este teria oportunidade de escrever o seguinte: “Dado o conceito amplíssimo que se atribui às atividades de informática, não é exagero afirmar

que *quem controlar essas atividades controlará toda a economia*. O órgão que controlar as atividades de informática --leia-se, a SEI, isto é, o Conselho de Segurança Nacional que funcionava na Presidência da República (estávamos sob o último governo militar, do general Figueiredo) – controlará todas as empresas e terá à sua mercê a liberdade de empresa, a livre iniciativa, a liberdade de associação e o direito de propriedade.”

Interveio nesse debate Gilberto Paim, da Fundação Getúlio Vargas, com o livro *Computador faz política*, Rio de Janeiro, APEC. 1985.

O autor demonstra que a fase inicial, percorrida pela indústria brasileira, dificilmente seria ultrapassada sem que fossem efetivados pesados investimentos em pesquisa, ou então, abandonadas as restrições à efetivação de projetos conjuntos com as multinacionais do setor. No que respeita a esse último aspecto, em 1981, valendo-se dos poderes que lhe haviam sido atribuídos, a SEI conseguiu cassar a licença que havia sido facultado à Philips com vistas à implantação de uma fábrica de chips em Contagem, Minas Gerais.

Os criadores da SEI não se deram conta de que o setor em apreço exigia colossais investimentos em pesquisa, para o que se formavam grandes conglomerados. Deu-se ao trabalho de relaciona-los. Basta entretanto referir a comparação que se segue.

Em 1984, a IBM estava investindo US\$ 2,5 bilhões em pesquisa. Enquanto isto, o capital das empresas brasileiras andava na casa dos milhares de dólares, sequer chegando ao milhão.

A par disto, insistiu em que a capacitação tecnológica, nesse novo setor para o qual previa --acertadamente, como se viu-- um grande futuro não seria alcançada em termos de “independência”, vale dizer, de modo autárquico. Enquanto, no Brasil, o entendimento da questão como dizendo respeito à segurança nacional selava o seu isolamento, lembra que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos comprava chips de empresas situadas nas Filipinas, Coreia do Sul e outros países de além-mar. Nesse particular, os EE.UU. não se acham sozinhos. Aquelas nações tornaram-se importantes exportadores de circuitos integrados para os mercados europeu e japonês.

A insistência da SEI em alardear que as multinacionais não transferiam tecnologia é desmentida, no livro citado, com base no exemplo da atuação da IBM no Brasil. Transcrevo o trecho em causa:

“O lançamento no Brasil, em 1980, do computador IBM 4341 teve como suporte a preparação prévia de numeroso grupo de técnicos. No triênio 1977/79, estiveram em laboratórios, centros de pesquisa e fábricas da IBM nos EE. UU., Grã-Bretanha, França, Alemanha e Japão, nada menos que cento e quarenta técnicos enviados pela IBM para estágios cuja duração média foi de 10,6 meses. Desse grupo, dezenove foram especialmente treinados para a fabricação do 4341, com período médio de 14 meses de permanência no exterior, tendo se elevado a 2,9 milhões de dólares o custo desse programa especial.”

O surto de nacionalismo xenófobo, nutrido pela SEI, de triste memória, lamentavelmente, não corresponde a fato isolado em nossa história recente. É suficiente ter presente as restrições ao capital estrangeiro inseridas na Constituição de 1988.

Vê-se, pois, que o nacionalismo distingue-se radicalmente do que seja autêntico patriotismo. Devido a isto é imprescindível que se tenha apresenta a distinção entre os dois conceitos. Sem a presença do patriotismo, o Brasil não teria sido capaz de enfrentar as dificuldades que se têm apresentado à difícil marcha de sua modernização. Nessa trajetória, o “canto de sereia” do nacionalismo sempre se revelou péssimo conselheiro.